

**Discurso de agradecimento proferido pelo  
Exmo. Sr. Ministro Carlos Augusto Thibau Guimarães no  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em nome da família do  
Ministro Afrânio Antônio da Costa, na homenagem que lhe foi prestada de  
outorga de seu nome à Biblioteca daquele Tribunal, em 25.03.1991**

“Senhor Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Senhores Juízes do Tribunal Regional Federal e Juízes Federais de Primeira Instância; Senhores Membros do Ministério Público Federal; demais autoridades presentes; senhores funcionários, meus senhores e minhas senhoras.

A bondade do Presidente Romário Rangel reservou-me o privilégio de, em nome da família, aqui presente, do Ministro Afrânio Costa, fazer o agradecimento nesta homenagem em que se confere o seu nome à Biblioteca deste Tribunal Regional Federal.

Falar de Afrânio Costa é falar da história do Tribunal Federal de Recursos. Talvez os mais moços não saibam, mas o Ministro Afrânio Costa foi o primeiro Presidente eleito do antigo Tribunal Federal de Recursos, escolhido por seus pares e empossado em 27.06.47, havendo recebido a direção da Corte das mãos do Presidente Provisório, Ministro Armando da Silva Prado que, por ser o mais idoso, assumiu a chefia interina do Tribunal no dia de sua instalação, em 23.06.47.

Curiosamente, o Ministro Afrânio Costa era também Presidente do TFR quando a Corte se transferiu do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960.

Pode ser um “Karma” da função ou mera coincidência, eu não sei, mas o certo é que, em 1947, lá estava o Ministro Afrânio Costa preocupado em obter um prédio, aqui no Rio, para instalar o Tribunal Federal de Recursos. Tanto quanto em 1988 nos preocupávamos nós, do Superior Tribunal de Justiça, com a instalação deste Tribunal.

Em seu discurso de posse, incisivo e objetivo, como era de seu estilo, externou aos colegas a preocupação com o problema da permanência provisória do TFR no prédio do Tribunal Superior Eleitoral, na Rua 1º de Março, e no edifício do Supremo Tribunal, o mesmo casarão da Avenida Rio Branco 241 que, vinte anos depois, abrigou a Justiça Federal. Eis o que disse o Ministro Afrânio Costa:

“Já ontem examinei dois locais que há tempos haviam sido fixados pelo Ministério da Justiça, como passíveis de exame para instalação do Tribunal Federal de Recursos.

Logo após o encerramento dessa sessão, solicitarei dos meus colegas a fineza de me acompanharem, sendo desnecessário indicá-los, antes da escolha definitiva.

Porque é evidente não ser possível abusar da hospitalidade que nos dá o Egrégio Tribunal em sua casa.

É verdade que neste edifício funcionam juízos e cartórios da Fazenda Pública, cuja presença aqui não se justifica. E não se justifica, porque qualquer contacto direto não tem com o Supremo Tribunal, estando como estão agora diretamente subordinados ao Tribunal Federal de Recursos e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

É, todavia, uma simples observação, porque a sua permanência, nesta casa, não nos interessa.

A instalação do Tribunal deve ser condigna e a dotação da lei para o material não permite sequer a aquisição de cadeiras, fichários, mesas e balcões. Em todo caso, rigorosamente respeitados os princípios do Código de Contabilidade, iremos até onde a verba permitir.”

(Fl. 41 do “30º Aniversário do TFR”).

**Mutatis mutandis**, a situação ali descrita lembrou-me muito a da criação deste Tribunal, pelo menos na busca angustiante do prédio. Que o digam os Drs. Clélio Erthal, Tânia Heine, Chalu Barbosa e Paulo Barata.

Finalmente, o prédio foi encontrado. Era o Pavilhão Britânico da Avenida Presidente Wilson, onde hoje está levantada a Academia Brasileira de Letras.

Na inauguração das instalações do Tribunal o Ministro Afrânio Costa assim agradeceu ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, ali presente, o inestimável apoio que dele recebeu:

“Exmo. Sr. Presidente Eurico Dutra:

É preciso ter-se acompanhado o desdobrar dos trabalhos desta Corte de Justiça, ter-se deparado com as dificuldades ingentes que surgem nesta época de difíceis realizações, para se sentir bem de perto o valor da contribuição de V. Exa. ao prestígio e majestade deste Tribunal.

Compulsando o volumoso processo onde se desenrolou o aparelhamento material desta Casa, surpreende logo a presteza com que se realizaram essas elaborações, graças à solicitude com que V. Exa. pôs cotidianamente a sua atenção sobre elas, determinando a abertura de todas as portas, o afastamento de todos os óbices, a supressão de trâmites burocráticos, tudo alhanando, em suma, para que a criação constitucional fosse vigorosamente movimentada.

Em verdade, nas incertezas da localização do Tribunal de Recursos, quando sua Secretaria era acolhida nas dependências da Tesouraria do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal, por mercê de seu ilustre Presidente; quando suas sessões se realizavam na sala de julgamentos do Tribunal Superior Eleitoral, em horas emprestadas, por favor do egrégio Senhor Ministro Lafayette de Andrada; quando se ansiava por encontrar edifício digno de um Tribunal, foi no interesse e desvelo manifestados por V. Exa. atendendo-nos sem audiências prévias, concitando-nos a procurar sem desfalecimentos, que encontramos o apoio para que a instalação fosse rápida e à altura da sua importância na estrutura judiciária do País.

Pairavam no ar idéias de localizá-lo, ora no 3º pavimento do Supremo Tribunal Federal, ou em um dos andares do Ministério da Fazenda, do Instituto dos Comerciantes ou do Edifício Novo Mundo. Então, em agosto de 1947, dirigimos a V. Exa. o ofício que deu origem ao processo nº 21.830, do Ministério da Justiça, lembrando o Pavilhão Britânico, onde tinha sede do Conselho Federal de Comércio Exterior, que podia transferir-se para o Edifício Novo Mundo.

Determinou, para logo, V. Exa. que o Sr. Ministro da Justiça visitasse ambos os imóveis. Mas, não satisfeito, pessoalmente percorreu este e o edifício Novo Mundo, pra orientar-se. Em carro de praça, e em horas matinais, sem a ninguém participar, preterindo os protocolos, na preocupação de melhor cuidar do Tribunal, convenceu-se da razão que nos assistia.

Com absoluta imparcialidade, porém, recomendava sempre que o Conselho, com a mudança, não fosse prejudicado em sua alta investidura.

Nesta altura dos acontecimentos, isto é, enquanto se cogitava do prédio, o processo para consecução do intento corria paralelamente, ou antes, voava de um Ministério para outro, com uma celeridade jamais vista na burocracia administrativa. Isto porque todos que o trataram sentiam a presença inequívoca de V. Exa. na marcha do processo. E foi assim que se assistiu ao surpreendente espetáculo de um processo correr por três Ministérios - Justiça, Exterior, Fazenda, além do Patrimônio e Departamento Administrativo do Serviço Público - ser detidamente estudado e meditado, receber inúmeras informações, algumas de três ou quatro folhas datilografadas, e concluir com o deferimento de V. Exa. em pouco mais de dois meses."

(Fls. 48/49 do "30º Aniversário do TFR").

Quando da transferência do TFR para Brasília o Ministro Afrânio Costa, mais uma vez Presidente, quebrou lanças para vencer dificuldades de instalação, como nos dá notícia certa passagem de seu relatório ao Tribunal:

"Em maio de 1959, fui a Brasília em companhia do Sr. Ministro Henrique d'Ávila e, na futura Capital, procurei, inutilmente, localizar o terreno onde deveria ser construído o prédio do Tribunal Federal de Recursos. Tive mesmo a impressão de que o assunto não fora sequer objeto de cogitação, por parte da NOVACAP e dos responsáveis pelo plano de obras em via de execução. Do fato, dei oportunamente ciência ao Tribunal."

Vejam os Srs. Juízes desta Casa que a história se repete.

Já na sessão de inauguração da Corte na nova capital, no dia 22.04.60, o Ministro Afrânio Antônio da Costa prestava contas do sucesso da empreitada, não sem deixar de se desculpar perante os colegas pelos percalços decorrentes da transferência:

"Não nos cabe apreciar a conveniência da data da mudança; simplesmente observar o preceito legal que a fixou para 21 de abril.

O desconforto, os incômodos, os transtornos materiais, são problemas de ordem

individual que, referindo cada qual, não podem ser estendidos a qualquer das unidades do Poder Judiciário.

Em relação a estas, há considerar-lhes o funcionamento perfeito, dentro da dignidade que lhes deve ser atribuída e esta sempre foi, é e será rigorosamente cuidada pelos Membros desta Casa.”

(Fl. 181 do “30º Aniversário do TFR”).

Esse aspecto de administrador não foi episódico na vida de Afrânio Costa. Como Desembargador do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, em 1945, foi incumbido de instalar o Tribunal Regional Eleitoral e presidir as primeiras eleições realizadas no Rio de Janeiro, depois da ditadura.

Mesmo depois de aposentado, em 1962, Afrânio Costa continuou administrador, exercendo por muitos anos a provedoria da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Mas sua vida não foi só de magistrado e administrador. Também como desportista ele se destacou, havendo organizado o tiro ao alvo no Brasil e chefiado diversas representações nacionais ao exterior, como, por exemplo, aquela em que, pela primeira vez, o Brasil participou de uma Copa do Mundo de futebol, no Uruguai.

Foi em 1920, nas Olimpíadas de Antuérpia, na Bélgica, que Afrânio Costa obteve para o Brasil a primeira medalha olímpica, de prata, na competição de tiro ao alvo. Logo após, a medalha de ouro foi conseguida pelo Tenente do Exército Guilherme Parraense, sendo que a medalha de bronze, por equipe, também coube ao Brasil. E note-se que, como todas as armas brasileiras foram furtadas na véspera da competição, nossa equipe atirou com pistolas emprestadas pela delegação norte-americana. Não fora isso e o desempenho de nossa equipe poderia ter sido melhor, sabido que o tiro ao alvo exige total identificação e completo domínio de manejo do atirador em relação à arma.

Dezessete vezes campeão brasileiro de tiro ao alvo com pistola e revólver, o desportista Afrânio Costa foi também Presidente da Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo e do Conselho Deliberativo do Fluminense Futebol Clube.

Em obediência a seu desejo e do de sua viúva, tia Juracy, recentemente falecida, a família doou ao seu querido Fluminense todos os seus troféus e medalhas.

A escolha do nome de Afrânio Costa para batizar a Biblioteca deste Tribunal é, para sua família, uma grande honra, tanto maior porque representa o reconhecimento póstumo de quem muito contribuiu, ainda que indiretamente, para o ressurgimento da Justiça Federal.

Foi através do respeito granjeado, desde seu início, pelo Tribunal Federal de Recursos, que se abriu espaço para a restauração da Justiça Federal de 1ª Instância.

E este Tribunal, que sucedeu ao Tribunal Federal de Recursos no âmbito dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, bem preserva essa memória ao inscrever o nome de Afrânio Costa no pórtico de sua Biblioteca.

Embora sem deixar descendentes Afrânio Costa deixou um exemplo de honesti-

dade e competência a ser seguido pelos magistrados de sua terra, sempre inspirado na visão otimista do conselho de Bastos Tigre:

“Do que tiveres no pomar plantado apanha os frutos e recolhe as flores:  
Mas, lavras ainda e planta o teu eirado,  
Que outros virão colher quando te fores.  
Que a neve caia! O teu ardor não mude:  
Mantém-te jovem, pouco importa a idade.  
Tem cada idade a sua juventude”.

A família de Afrânio Costa agradece, penhorada, à homenagem.  
Muito obrigado.”